

# **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REFINAÇÃO DO SAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

Filiado à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN.

**SINDISAL@abeunet.com.br**

SEDE: R. Visconde do Uruguai, 535 / 11º andar – Niterói, RJ. – CEP 24030-77 – Tel.: 2722.2101 – Fax.:2722.2102

Sub – SEDE: Rio de Janeiro: Av. Mal. Câmara, 160 s/ 513 – Castelo – CEP 20020-080 - Telefax: 2215.7222

Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 2003.

## **Agencia Nacional de Petróleo - ANP.**

Rua Senador Dantas 105 / 10º andar.

CEP - 20.031-201

Rio de Janeiro – RJ.

**REF: Consulta Publica – Critérios Tarifários - GN.**

Despachos n.º 864 e 997/03

O Sindicato da Indústria de Refinação do Sal no Estado do Rio de Janeiro - SINDISAL, ao ensejo da nova consulta pública de texto de portaria que regulamenta os critérios tarifários aplicáveis ao transporte de gás natural, reitera suas preocupações, já manifestadas em outubro do ano passado, consubstanciadas em memorial entregue, em mãos, do Dr. José Cesário Cecchi, Superintendente de Comercialização e Movimentação de Gás Natural, em 14/10/02 e na carta dirigida ao Presidente da ANP, Embaixador Sebastião do Rego Barros, em 23/10/02, pela nossa associada, Companhia Nacional de Álcalis.

Embora possa não parecer manifesto que uma portaria estabelecendo critérios tarifários para cobrança de serviços de transporte de gás natural, tenha repercussão sobre situações em que o suprimento do produto às indústrias seja feito diretamente pela concessionária estadual, através de gasodutos de distribuição (e não de transporte), de sua propriedade, como é o caso das indústrias representadas por este Sindicato localizadas na Região dos Lagos, ainda assim, a generalidade e a falta de melhor definição do alcance da portaria, ora em discussão, pode suscitar dúvidas quanto à sua aplicação na prática.

Este problema teve correto tratamento, inicialmente pela Portaria ANP nº 108/00 e, finalmente após longo debate, pela Portaria ANP nº 45/02.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP, através da Deliberação nº 131/01 regulamentou a matéria no âmbito deste Estado, com base na Portaria da ANP.

Neste contexto, cabe lembrar o ensinamento do eminente jurista e professor Dr. Arnold Wald, que diz:

*"A mudança de orientação da administração não incide sobre situações pretéritas. Decidido uma questão, não poderia mais ser reaberta à interpretação subjetiva da autoridade administrativa, a seu juízo, por ter sido a mesma já exercida oportuno tempore".*

Assim sendo, o SINDISAL tem esta questão como já decidida e transitada, em última instância, razão pela qual manifesta sua preocupação quanto à omissão no texto da minuta de portaria divulgada, desse entendimento sobre a matéria.

Sugere, deste modo, este Sindicato, que seja acrescentado um parágrafo ao artigo 1º da futura portaria, nestes termos:

**“Parágrafo único – Não se considera transporte dutoviário, sujeito a cobrança da tarifa de transporte, de que trata o caput deste artigo:**

- a) a transferência do gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico ou exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades, conforme o artigo 6º, alínea VIII, da Lei nº 9478/97; e**
- b) a movimentação do produto diretamente da unidade de processamento do gás natural aos usuários finais, através dos dutos de distribuição dos serviços locais de comercialização, a que se refere o § 2º, do artigo 25, da Constituição Federal (art. 6º, alínea XXII e art. 81 da Lei nº 9478/97)”.**

Na certeza de que a ANP venha acolher o nosso justo pleito, firmamo-nos,

Atenciosamente,

***Luis César Caetano Alves.***

Presidente.